COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 7.745, DE 2017

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, quanto à aquisição local de produtos panificáveis no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Autor: Deputado DANILO CABRAL

Relator: Deputado CESAR SOUZA

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Danilo Cabral, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, de forma a que o percentual mínimo de 30% destinado a aquisições de gêneros alimentícios obtidos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com recursos repassados pelo FNDE, no Âmbito do PNAE, também possa ser cumprido por meio da compra de produtos de panificação de micro e pequenas indústrias.

Em sua justificção, o nobre autor justifica a medida proposta no projeto em razão dos benefícios à saúde resultantes do consumo de produtos panificáveis e da relevância econômica das indústrias de panificação e confeitaria brasileiras.

Em consonância com o inciso II do artigo 24 do Regimento Interno desta Casa, a proposição está sujeita à apreciação por este Colegiado, que ora a examina, pela Comissão de Educação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que deverá emitir parecer terminativo quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Em 20/06/17, recebemos a honrosa tarefa de relatar o PL nº 7.745, de 2017, o qual, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 14 da Lei nº 11.947, de 2009, conhecida como Lei da Merenda Escolar, determina que 30% do total dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

De forma a enriquecer a dieta dos estudantes e estimular um importante setor da economia, o projeto em tela preconiza que, para cumprir o percentual supracitado, os recursos da merenda escolar também sejam alocados para a compra de produtos panificáveis fabricados por micro e pequenas indústrias.

De acordo com a Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 – que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica - as entidades executoras do PNAE (estados, Distrito Federal e municípios) deverão adquirir os alimentos definidos nos cardápios do programa de alimentação escolar, elaborados com a participação do Conselho de Alimentação Escolar por nutricionistas capacitados, respeitados os hábitos alimentares de cada localidade. Os cardápios deverão ser elaborados de forma a que pelo menos 70% dos recursos sejam utilizados na aquisição de produtos básicos com prioridade aos *in natura*.

O art. 22 da aludida Resolução proíbe a aquisição de refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas com baixo valor nutricional. O art. 23 da norma, por sua vez, restringe a aquisição de embutidos e enlatados, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição), doces e preparações semiprontas ou prontas para o consumo.

A nosso ver, é possível promover ainda uma alteração na legislação, a fim de tornar ainda mais saudável a alimentação fornecida nas escolas. Nesse sentido, consideramos a inclusão dos produtos panificáveis fabricados por micro e pequenos empreendedores para o cumprimento do percentual estabelecido no art. 14 da Lei da Merenda Escolar, conforme propõe a iniciativa em tela, meritória tanto do ponto de vista da saúde dos alunos como do ponto de vista econômico.

Convém lembrar que, no primeiro nível da Pirâmide Alimentar, encontra-se o grupo dos cereais, constituídos pelos alimentos ricos em carboidratos como arroz, pães, macarrão e farinhas, considerados a principal fonte de energia para o organismo. Por esse motivo, esses alimentos devem ser consumidos em maior quantidade.

Além disso, as farinhas, ingredientes básicos dos produtos panificáveis, são enriquecidas com ferro e ácido fólico, conforme determinado em resolução da Anvisa – RDC nº 150, de 13 de abril de 2017. Em um cenário de alta prevalência de anemias, entre elas a ferropriva, a medida proposta pode evitar uma série de agravos à saúde. No Brasil, estima-se que a anemia ferropriva atinja 25 % das crianças até os 2 anos de idade e 21% da população até os 5 anos de idade. Alguns estudos apontam uma prevalência de anemia em 50% ou mais em crianças até os 5 anos de idade, que frequentavam escolas ou creches e Unidades Básicas de Saúde.

O projeto em comento visa também a promover o desenvolvimento da microeconomia local, responsável por cerca de 84% dos empregos de nosso país, por se tratar de um setor intensivo no fator de produção trabalho. Mais especificamente, as mais de 63 mil empresas de panificação no Brasil, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria – ABIP, geram em torno de 800 mil empregos diretos, em quase 70 mil estabelecimentos em todo o país, e 1,8 milhão de empregos indiretos.

Por fim, registramos a necessidade de revisão da redação do *caput* do art. 14 da Lei nº 11.947/09, bem como a possibilidade de supressão do § 3º desse mesmo artigo, ambos alterados pelo art. 1º do projeto sob exame. Não obstante, por determinação regimental, não cabe a este Colegiado promover esse tipo de alteração. Estamos convictos que a douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania proporá modificações que aperfeiçoarão a redação do projeto em tela.

Pelos motivos expostos, **VOTAMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 7.745, DE 2017.**

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado CESAR SOUZA
Relator